

“PODER LOCAL NA REPÚBLICA VELHA”
(Comentário)

Adalberto Marson (*)

IMPrensa E CORONELISMO

No ano de 1897, a vida política do Estado de São Paulo foi agitada por três assassinatos ocorridos em Araraquara, na época uma região conturbada do “oeste bravo”, em que se davam as modificações trazidas pela expansão cafeeira e se definia a passagem não de todo pacífica da Monarquia à República. Dentro deste fundo histórico, o livro de Telarolli busca ordenar os fatos aparentemente isolados no circuito local, na banalidade do mero episódio forense, para empreender uma análise interna do coronelismo, o sistema de dominação política e social tão peculiar à sociedade brasileira e matriz das famigeradas oligarquias.

O mais violento desses crimes, o “linchamento dos Britos”, culminou a seqüência de acirradas brigas de famílias por motivos de apropriação de terras e controle do poder local, agora sob o comando do emergente PRP, daí a generalização da violência na forma de assassinatos. As forças políticas antagônicas mobilizaram-se em pé de guerra, com suas ramificações no âmbito da capital (São Paulo), onde não faltaram manifestações populares através das expressões agressivas da clientela eleitoral e as posições críticas de pequenos grupos socialistas em Santos e São Paulo. Ainda hoje, os Britos são lembrados em atitudes religiosas entre a gente rústica de Araraquara, prova de que os trágicos incidentes significaram algo mais que a luta de famílias pela posse do poder.

Numa análise minuciosa dos acontecimentos, o Autor revela-nos o teor social das tensões vividas e os ingredientes da dominação coronelista, acobertada pela máquina do PRP. Reconstitui a vida social e política da cidade na última década do século XIX (os grupos

(*) Do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

partidários e seus componentes) e evidencia em primeiro plano as ligações de dependência. Na base de um compromisso de deveres e favores, a dependência é vista sob um duplo aspecto: o domínio dos coronéis-proprietários sobre a maioria da população (profissionais liberais, agregados, capangas e trabalhadores rurais) e a fusão dos interesses partidários no binômio poder local — poder estadual. Neste contexto, e fundamentado nos jornais e processos-crime, o Autor refaz em mínimos detalhes a tramitação judiciária, na verdade uma farsa à própria legislação vigente, em que a manipulação dos juizes e as pressões dos grupos situacionistas são completadas pela interferência do Senhor Presidente do Estado.

Há nesta tentativa de análise um esforço que enfrenta dificuldades irrefutáveis de estabelecer adequadamente os nexos explicativos entre o *geral* (o coronelismo como sistema político-social, para o que se dispõe de uma bibliografia consagrada) e o *particular* (os crimes de Araraquara e seus desdobramentos). Preferindo apegar-se ao que chama “fatos”, Telarolli confessa uma prudência temerosa quanto às “especulações teóricas”. Não que lhe faltem uma teoria ou padrões de referência, retirados de autores como Vitor Nunes Leal, Edgard Carone e Raymundo Faoro, cujos estudos do poder coronelista enfatizam certas categorias básicas (“autoridade tradicional”, relações de dependência, etc.), derivadas de conceitos sociológicos de Max Weber (citado indiretamente no livro). Há, então, uma teoria ou compreensão da história baseada no “modelo”, na “tipologia” e no empirismo do “fenômeno”, que seguramente não percorre o caminho da teoria marxista que busca a mediação do *concreto* ao *abstrato* (e não do geral ao particular), de modo a refazer o sentido da história segundo as práticas sociais globalizadoras (as “realidades” e as “ideologias”) e elaborando as sínteses enquanto unidades contraditórias.

Isso tudo para justificar dois pontos de discussão. Primeiro, é de reclamar a falta de uma interação mais dinâmica entre os elementos da realidade estudada no livro, que aparece seccionada em pares opostos, lembrando os modelos dualistas (por exemplo: região adiantada/região atrasada, elite dirigente/massa submissa, chefes/agregados, poder local/governo estadual, etc). Segundo, não se perdoa um lapso cometido na “Conclusão” (pág. 159), onde a simples eliminação de uma palavra de citação extraída de M. S. de Carvalho Franco gera, no mínimo, grande confusão. Destaca-se aí que a participação dos grupos sociais dominados nas violências, a favor do partido dominante, se deve às “relações entre senhor e dependente (...) como inclinação de vontades no mesmo sentido, como harmonia”. Na verdade, o texto de M. S. de Carvalho Franco diz, nesta passagem citada, que essas relações “*aparecem*” (grifado), isto é, constituem representações ideológicas de uma igualdade ilusória entre os “homens livres”, ficando igualmente as tensões

sociais apagadas na imagem das relações pessoais e disfarçadas sob a aparência de uma “dependência” mútua. A continuar este raciocínio, a “dependência” passa a ser não a base fundamental das relações sociais, mas a construção ideológica que oculta o lado menos aparente e mais real da *exploração*, sob a forma de valores cristalizados na sociedade brasileira, tais como os atributos da pessoa e as trocas de benefícios e favores. Uma conclusão que, há de se reconhecer, não pode ser relegada ao jogo da mera “especulação teórica”.

Talvez daí resulte também uma impressão ambígua sobre o papel da imprensa. Fonte documental mais valorizada na pesquisa, a imprensa paulistana da época, como em geral no país, gozava de franca liberdade de expressão, própria de sua militante função partidária. Os jornais publicaram depoimentos e notícias extra-oficiais, colaborando na criação de um debate em prol da justiça e das garantias legais, o que, afinal, explica a repercussão alcançada pelos incidentes locais em Araraquara. Teriam, em certa medida, escapado ao controle da máquina partidária, a que serviam, convertendo-se em trincheiras liberais sufocadas pela pressão oligárquica. Esta implicação deixada por Telarolli é, porém, apenas um dos lados da questão, pois ele mesmo acentua o conteúdo violento da linguagem jornalística, reprodução que era das condições sociais vigentes, em uma série de elementos: os agravos pessoais, o sensacionalismo, o recurso defensivo e freqüente do pseudônimo (proteção contra represálias), a carga emocional da linguagem, e tanta coisa mais. Não seria o caso de perguntar se a imprensa, ao fomentar este clima de medo, agitando o velho tema da ameaça à ordem, à propriedade e à segurança individual, não estava exatamente legitimando perante a “opinião pública” a ação “justiceira” do PRP e seus chefes-proprietários, na qualidade de órgão de difusão ideológica e arregimentação político-eleitoral?

A sugestão desses comentários prova o valor do trabalho, onde o leitor encontrará ricas apreciações sobre o coronelismo no calor dos acontecimentos. As oligarquias podem ter sido onipotentes mas não oniscientes do movimento da história: se a liberdade de imprensa, restrita aos círculos das classes dominantes e para servi-las, não foi suficiente para o surgimento de uma sociedade realmente democrática, sequer nos padrões liberais de direitos da cidadania, conseguiu ao menos evitar que os crimes de Araraquara e seus mandantes caíssem no limbo do esquecimento, com que o historiador pode hoje remediar a justiça que faltou no passado.

TELAROLLI, R. — “Poder Local na República Velha”, São Paulo, Editora Nacional, 1977, 222 págs.